

Giddens em pílulas (2): o legado das abordagens interpretativas



Por Gabriel Peters (UFPE)

A síntese em meio à balbúrdia

Observando o cenário das ciências sociais na virada dos anos 1970 para os anos 1980, o sociólogo estadunidense Jeffrey Alexander concluiu que elas atravessavam, então, um “novo movimento teórico” ([1982] 1987), liderado por autores como o alemão Jürgen Habermas, o francês Pierre Bourdieu e o britânico Anthony Giddens. O primeiro traço que saltava aos olhos nos esforços teóricos desses três pensadores era uma preocupação de *síntese*. Cada um deles chegou a uma paisagem intelectual marcada por uma desnorteante proliferação de perspectivas rivais, as quais divergiam quanto às questões mais básicas da teoria social. Se o estrutural-funcionalismo de **Parsons** havia dominado a reflexão socioteórica nos anos 1950, a derrocada da hegemonia parsoniana nos anos 1960 não levou a um novo “consenso ortodoxo” (GIDDENS, 1979: 235), mas, ao contrário, a uma profusão de abordagens tremendamente distintas no espírito e na letra.

As perspectivas fenomenológicas inspiradas em Schütz (1967), por exemplo, defendiam que a sociologia não podia escapar ao estudo dos modos pelos quais a consciência individual atribui sentido ao mundo social. Em brutal contraste,

alguns defensores da “sociologia estrutural” (Wallace, 1975) consideravam possível postular conexões regulares entre variáveis sociológicas (por exemplo, densidade populacional e grau da divisão do trabalho) sem *qualquer referência* ao que se passa nas subjetividades dos membros individuais da sociedade. Por um lado, as escolas de microssociologia buscavam demonstrar que a ordem social não é um dado, mas algo continuamente construído e reconstruído pelos agentes em contextos locais de interação. Por outro lado, autores de orientação macrossociológica sustentavam que o foco na interação face a face constituía um imperdoável desvio dos problemas que reputavam centrais na teoria social, isto é, as propriedades estruturais e as tendências de desenvolvimento de sociedades inteiras. Sempre divertido, Frédéric Vandenberghe oferece um exemplo pitoresco do grau de polarização entre abordagens microscópicas e macroscópicas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970: mais ou menos na mesma época em que Emanuel Schegloff analisava *os segundos finais de uma conversação telefônica*, Immanuel Wallerstein propunha uma teoria do *desenvolvimento do capitalismo global nos últimos cinco séculos!* (Vandenberghe, 2009: 18).

Frente a essa multiplicidade vertiginosa de perspectivas, autores como Giddens, Bourdieu e Habermas se empenharam, cada um à sua maneira, em um diálogo crítico e construtivo com as mais diversas escolas de pensamento sociocientífico, as quais iam da fenomenologia existencial ao marxismo estruturalista, do interacionismo simbólico à teoria sistêmica. Todos os três formularam quadros teóricos novos, pensados para combinar as contribuições analíticas dessa variedade de abordagens de um modo que evitasse, ao mesmo tempo, seus defeitos. Em meio à balbúrdia de vozes teóricas, a teoria da estruturação de Giddens, a **teoria da prática** de **Bourdieu** e a **teoria da ação comunicativa de Habermas** foram guiadas pela tentativa de superação de uma série de *dicotomias* que fraturavam as ciências sociais: determinismo *versus* voluntarismo; holismo *versus* individualismo; objetivismo *versus* subjetivismo; macro *versus* micro etc. Conquanto admita que o alcance de tais termos não é idêntico, o autor britânico tende a discuti-los frequentemente em bloco, sobretudo com base na distinção entre abordagens objetivistas e subjetivistas da vida social (Giddens, 1979: 47). Um enfoque objetivista atribui primazia explicativa à faceta objetiva do mundo societário, isto é, à sua existência como

uma força exterior e coercitiva em relação aos atores individuais (Giddens, 2003: XXII). Uma perspectiva subjetivista inverte, é claro, tal precedência explanatória, localizando-a na faceta subjetiva do social, ou seja, na sua existência como algo subjetivamente representado e vivenciado pelos indivíduos. Se o objetivismo propõe um “imperialismo do objeto”, o qual apresenta os indivíduos como dominados por estruturas coletivas que eles não compreendem nem controlam, o subjetivismo postula um “um imperialismo do sujeito” (Ibid.: 2), em que os contextos sociais aparecem como criações implausivelmente maleáveis de atores movidos por intenções e representações subjetivas.

Para além do objetivismo e do subjetivismo

O problema da relação entre os poderes de ação dos indivíduos, de um lado, e os poderes condicionantes das estruturas sociais, de outro, perpassa a história da teoria social. No entanto, as tentativas de subordinar uma dessas dimensões à outra haviam se radicalizado no momento em que Giddens principiava sua reflexão teórica. Diante desse dualismo, a teoria da estruturação introduz o princípio: nem oito, nem oitenta. Ambos os polos do conflito entre subjetivismo e objetivismo, assim como de toda a família de dicotomias relacionadas (individualismo/holismo, voluntarismo/determinismo, micro/macro e assim por diante), possuíam, ao mesmo tempo, seu grau de verdade e seu grau de erro. Por um lado, abordagens objetivistas como o funcionalismo e o estruturalismo tinham razão em acentuar a força de influências socioestruturais sobre a conduta dos indivíduos, tomem tais influências a forma de condições que confrontam o agente a partir do exterior ou de orientações subjetivas nele instiladas pela socialização. Por si só, a atenção aos modos pelos quais a sociedade afeta os indivíduos - não apenas do exterior, mas também pela via “interior” da moldagem da sua subjetividade - é mais do que justificada. Segundo Giddens, no entanto, os enfoques objetivistas tenderam a deslizar dessa tese sensata para uma caracterização insatisfatória de estruturas sociais como realidades autônomas em relação aos indivíduos, os quais foram retratados, por sua vez, como “fantoques” ou “marionetes” dominados por aquelas estruturas (2003: XVII).

Na sua tentativa de escapar ao determinismo objetivista, as microssociologias interpretativas proveram a Giddens um ensinamento fundamental: a ordem

social jamais pode ser considerada um dado que simplesmente se impõe aos atores a partir do exterior, mas tem de ser vista como um resultado contingente de práticas habilidosas. A ontologia radicalmente processual da vida societária que está no cerne da teoria da estruturação deve muito ao contato de Giddens com autores como Schütz, Garfinkel e Goffman. Graças a eles, o teórico inglês aprendeu que as formas mais mundanas de conduta social dependem de habilidades cognitivas e práticas complexas.

Giddens foi especialmente pioneiro no reconhecimento da originalidade intelectual e do poder analítico da etnometodologia, em um contexto no qual parte significativa da comunidade sociológica a via fosse como um desvio bizarro das tarefas centrais da sociologia (Coser, 1975), fosse como uma formulação abstrusa de verdades sociológicas há muito descobertas (Gellner, 1979). Também importante foi sua apreciação do trabalho de Goffman como uma contribuição central ao *conjunto da teoria social* (Giddens, 1987: cap.5), uma visão que destoava de leituras que interpretavam o autor de *Estigma* “apenas” como um observador arguto de trivialidades da existência social cotidiana ou, de modo ainda mais crítico, das cínicas performances de papel da classe média estadunidense (Gouldner, 1971). Giddens se sai, ademais, com uma integração inteligente dos ensinamentos de Goffman e Garfinkel sobre a interação social ordinária, de um lado, e as teorias psicológicas que ressaltam a importância da *rotina* na **contenção psíquica da ansiedade** entre os seres humanos (Freud, Erikson, Laing), de outro.

Seja como for, para o teórico inglês, a força dos enfoques subjetivistas é também a fonte das suas fraquezas analíticas. Devido à sua concentração sobre as competências práticas que os agentes investem na constituição e na reconstituição dos seus cenários societários, as microsociologias interpretativas tenderam a passar ao largo da outra face da moeda societal: as influências estruturais através das quais indivíduos biológicos se transformam em atores competentes. Se é verdade que os atores produzem e reproduzem o mundo societário por meio de práticas hábeis, essas próprias habilidades resultam de sua socialização nos ambientes estruturados desse mesmo mundo.

Em face do impasse entre objetivismo e subjetivismo, a empresa intelectual que Giddens se propõe é a construção de uma teoria capaz de articular as capacidades criativas do agente individual, de um lado, e os poderes condicionantes das estruturas sociais, de outro, em um mesmo retrato analítico.

A ação social como desempenho hábil

As ilustrações oferecidas acima já permitem entrever que Giddens elabora sua perspectiva teórica pelo recurso frequente ao **diagnóstico cruzado dos pontos de lucidez e cegueira nas teorias com as quais ele dialoga**. Como ensina Vandenberghe (2016: 34), tal modalidade de argumentação assume comumente um formato do tipo: “A percebe algo que B não percebe, mas B, por seu turno, capta algo que escapa a A” e assim por diante, em um diálogo que pode muito bem incluir C, D, E etc. A utilização de uma variedade de insumos analíticos na teoria da estruturação não significa, entretanto, que ele se mostre igualmente simpático a – ou igualmente crítico de – todas as abordagens com as quais ele se engaja. Apesar da crítica aos pendores objetivistas do estruturalismo de Saussure e Lévi-Strauss, por exemplo, Giddens encontrará, como veremos nessa série, um lugar de destaque para o conceito estruturalista de “estrutura” no seu quadro de análise do mundo social. Sua relação com o estrutural-funcionalismo de Parsons é certamente bem mais crítica. **Como já sugerimos**, um dos impulsos agonísticos à formulação da teoria da estruturação foi a insatisfação de Giddens com o “consenso ortodoxo” que vigorou, durante a década de 1950, em torno do “incurável teórico” da sociologia estadunidense. Em seu esforço para elaborar um paradigma unificado para o conjunto das ciências sociais, Parsons contara, por exemplo, com o apoio de autores como Merton e Lazarsfeld, habilidosos em transpor as rarefeitas construções conceituais parsonianas para os domínios menos abstratos da “teoria de médio alcance” e da pesquisa empírica. Seja como for, desde o primeiro ensaio da teoria da estruturação em *Novas regras do método sociológico* ([1976] 1993), os insumos fundamentais da crítica de Giddens ao consenso ortodoxo são precisamente os desafios “microsociológicos” ao estrutural-funcionalismo, como a fenomenologia de Schütz, a etnometodologia de Garfinkel, a sociologia “dramatúrgica” de Goffman e as teorias neowittgensteinianas da ação (p.ex., Peter Winch). Vale dizer, de passagem, que o “interacionismo simbólico” é uma

influência bem menos significativa sobre Giddens, seja em sua matriz na obra de Mead, seja na sua formulação posterior por Blumer.

Como é sabido, Parsons respondeu ao “problema da ordem” (1949: 89-94; [1951] 1991) na teoria social através de uma espécie de visão “freudodurkheimiana” (Rocher, 1976) que conferia centralidade à *internalização de valores*. Segundo o autor, o mundo social não descamba para o caos ou para a “guerra de todos contra todos” (Hobbes) porque a socialização das personalidades individuais inculca, nos agentes, orientações valorativas de conduta que são conformes às normas institucionalizadas nos seus ambientes coletivos. Ao analisar a ação social primordialmente pela ótica da internalização de valores nas personalidades dos agentes, Parsons terminou por negligenciar, segundo Giddens (1993: 21-22), que tal ação é um *desempenho prático habilidoso*. Em seu desafio à hegemonia parsoniana na década de 1960, as abordagens interpretativas mostraram, de modo detalhado, que as condutas e interações sociais mais mundanas dependem de um repertório amplo e complexo de competências cognitivas e práticas: “estoques de conhecimento” (Schütz, 1979: 74), “etnométodos” (Garfinkel, 1967), receitas para “saber prosseguir” (Wittgenstein, 1958: § 151, 154, 155) em tal ou qual situação social etc. Tais perspectivas demonstraram também que um volume significativo dos saberes que capacitam a conduta social ordinária são *tácitos*, no sentido de que sua utilização não precisa passar pelo raciocínio explícito ou pela formulação discursiva.

Nas microsociologias interpretativas, a explicitação de tais saberes possui um papel central. Ao lermos as discussões de Goffman sobre a interação face a face, para dar apenas uma ilustração, encontramos formulações expressas de orientações de conduta das quais temos domínio implícito. Por exemplo, quando conversamos com alguém em um encontro face a face, temos a preocupação tácita de manutenção de um equilíbrio entre proximidade e distância física: um excesso de distância será visto por nosso interlocutor como desrespeitoso, como se quiséssemos encerrar a conversa em breve ou forçá-lo a fazer um esforço para chegar até nós, enquanto um excesso de proximidade será por ele vivido como invasão do seu espaço privado. Também são tácitos os procedimentos que regulam a “desatenção civil” (Goffman, 1963: 83) entre estranhos que compartilham brevemente um mesmo espaço público (p.ex., o elevador de um

prédio comercial). Sem pensarmos explicitamente nesses termos, estabelecemos com o outro um contato visual *suficientemente longo* para expressar que reconhecemos sua presença, mas também *suficientemente curto* para não assustá-lo com a sugestão de que ele estaria sendo “alvo de uma curiosidade ou plano especial” (Ibid.: 84). Incontáveis outros exemplos poderiam ser dados. O importante a sublinhar é que, na leitura crítica de Giddens, foi precisamente por não atinarem com a existência da consciência prática que certos enfoques teóricos, como o estrutural-funcionalismo de Parsons e o estruturalismo de Lévi-Strauss, negligenciaram o quanto os agentes leigos são bem informados a respeito dos seus contextos de ação (GIDDENS, 1979: 25). Como orientação à pesquisa empírica, o conceito de “consciência prática” serve de lembrete heurístico de que os conhecimentos que habilitam as práticas dos agentes vão muito além daquilo que eles são capazes de exprimir discursivamente. A noção também implica que uma das tarefas essenciais das ciências sociais é dizer aquilo que os atores “já sabem” na prática, isto é, explicitar discursivamente dimensões da sua ação que operam em âmbito tácito.

Compreensão, explicação e linguagem

A teoria da estruturação torna-se um postulado fundamental das abordagens interpretativas: diferentemente do que acontece nas ciências da natureza, as ciências sociais tratam de uma realidade que já é *pré-interpretada* pelas próprias entidades que a constituem (isto é, os atores humanos). Os significados (inter)subjetivos que os agentes atribuem aos seus contextos societários não são simples “apêndices” das suas práticas, mas fatores centrais na produção de tais práticas e, portanto, nos processos pelos quais o universo social se reproduz e se transforma. Segundo Giddens (1979: 242-244; 1993: cap.4; 1998), tal dimensão “compreensiva” ou “hermenêutica” inerente ao objeto das ciências humanas torna impossível encaixá-las, sem mais, nos moldes epistemológicos das ciências da natureza. Por outro lado, veremos logo abaixo que, no mesmo passo em que sublinha a singularidade epistemológica da ciência social, o autor inglês rechaça as versões clássicas (p.ex., Dilthey) e recentes (p.ex., Gadamer, Winch) de dualismo metodológico radical; isto é, as visões segundo as quais não haveria lugar para a explicação causal nas ciências humanas, o que reduziria suas tarefas

à elucidação dos significados que os agentes atribuem às suas condutas à luz de sua própria "tradição cultural" (Gadamer) ou "forma de vida" (Winch) .

Quanto à compreensão do significado da conduta social, Giddens se inspira positivamente na hermenêutica de Gadamer e no segundo Wittgenstein para afirmar, contra Dilthey, que tal compreensão não depende do recurso psicológico à empatia (i.e., a transposição imaginativa para a experiência dos atores investigados), mas está fundada sobre o domínio intersubjetivo da linguagem. Na esteira da **“virada linguística”** e da crítica à “filosofia da consciência”, Giddens sustenta que, em vez de partir da subjetividade individual para compreender a intersubjetividade mediada por símbolos, a teoria social deve realizar o percurso inverso. Apoiando-se nos argumentos de Wittgenstein contra a possibilidade de uma “linguagem privada”, o autor de *A constituição da sociedade* defende que a própria autocompreensão do agente só é possível pelo recurso aos instrumentos simbólicos intersubjetivos que ele obtém de sua participação em uma “forma de vida” social (p.ex., o sujeito que leva a cabo um intimíssimo diálogo interno, enquanto toma banho, faz uso de um idioma que ele não inventou, mas que absorveu a partir de sua socialização). Dessa maneira, o *locus* primordial de apreensão dos significados da conduta social não é a subjetividade individual, mas as “regras e recursos” coletivos que habilitam os agentes à produção e à comunicação de sentido (GIDDENS, 1998: 283).

O papel da linguagem como condição da compreensão intersubjetiva na teoria da estruturação também deriva do fato de que a linguagem não é só – ou mesmo primordialmente - um recurso de figuração do real, mas um *instrumento de ação* no mundo social. Dito de modo mais desenvolvido, a linguagem não é primariamente uma ferramenta de descrição da realidade, mas um instrumento central das próprias *atividades práticas* por meio das quais o universo societário é produzido, reproduzido e transformado. Se a vida societária torna possível “fazer coisas com palavras” (Austin) - da desobstrução do caminho pelo pedido de licença entre estranhos ao pronunciamento da sentença pela qual o juiz condena o réu à cadeia -, a elucidação de qualquer forma de vida social depende da compreensão das categorias linguísticas que os membros dessa forma de vida lá utilizam para agir e interagir. Diferentemente de defensores da “ruptura epistemológica” como passo primeiro da pesquisa social (p.ex., **Bourdieu**),

Giddens sustenta que a análise de qualquer contexto societário deve possuir um “ponto de partida hermenêutico” (1993: 163-170). Em outras palavras, longe de distorções a serem evitadas, os vocabulários utilizados pelos agentes leigos são a primeira fonte de acesso cognitivo às suas práticas. Deve haver, assim, um “laço lógico” entre as categorias usadas pelos atores nas suas ações, de um lado, e o linguajar analítico mobilizado pelos próprios cientistas sociais, de outro (GIDDENS, 1982: 15). Autores como o neowittgensteiniano Peter Winch partiram dessa tese, no entanto, para advogar que a ciência social deveria ser *exclusivamente* interpretativa, dispensando quaisquer noções de “causalidade” e “explicação causal”. Giddens rejeita sensatamente essa conclusão de Winch. O acesso às formas simbólicas por meio das quais os agentes leigos conferem inteligibilidade ao mundo social e intervêm na (re)constituição desse mundo é uma condição *necessária* para a sua elucidação, mas não uma condição *suficiente*. Por quê? Porque a redução das tarefas da ciência social à interpretação dos significados das condutas dos atores leigos negligencia dois fatos inegáveis: a) tais condutas são comumente moldadas por *fatores não reconhecidos* pelos próprios agentes; b) tais condutas geram cronicamente *consequências não intencionais* sobre os cenários coletivos nos quais ocorrem (GIDDENS, 1979: 42).

A centralidade de condições não reconhecidas e consequências não intencionais no mundo social foi sublinhada, é claro, pelo estrutural-funcionalismo de Parsons e Merton. Ambos os autores acentuaram, com perspicácia, que as características institucionais da vida societária se reproduzem, com muita frequência, como efeitos não intencionais de uma multiplicidade de condutas individuais. Por exemplo, quando duas pessoas se casam e têm filhos, seus propósitos primordiais não envolvem contribuir para a continuidade histórica da família nuclear como instituição social. Não obstante, essa é precisamente uma das consequências não intencionais das suas ações. De acordo com Giddens, ainda que perspectivas funcionalistas tenham reconhecido acertadamente a importância de tais processos no mundo societário, elas erraram ao explicá-los não como consequências *contingentes*, mas em termos das “necessidades”, “propósitos” e “intenções” da própria coletividade. A teoria da estruturação combate encarniadamente quaisquer teleologias funcionalistas para as quais os sistemas sociais possuem fins e objetivos que não são aqueles mantidos por agentes

humanos concretos: “sistemas sociais não possuem quaisquer propósitos, razões ou necessidades; apenas indivíduos humanos possuem-nos” (GIDDENS, 1979.: 7). O desafio posto à teoria da estruturação é, então, dar conta da inegável realidade histórica dos traços “estruturais”, “institucionais” e “sistêmicos” da vida social sem recorrer aos argumentos teleológicos do funcionalismo. Como Giddens enfrenta essa tarefa? Este é o tema do próximo post dessa série.

Referências:

ALEXANDER, Jeffrey. “O novo movimento teórico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, 1987.

COSEY, Lewis. “Presidential address: two methods in search of a substance”. *American sociological review*, 40, 6, 1975.

GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

GELLNER, Ernest. “Ethnomethodology: the re-enchantment industry or the Californian way of subjectivity”. *Spectacles and predicaments: essays in social theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory*. London: Macmillan, 1979.

_____. *Profiles and critiques in social theory*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1982.

_____. *Social theory and modern sociology*. Cambridge: Polity Press, 1987.

_____. *New rules of sociological method*. London: Hutchinson, 1993.

_____. *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Behavior in public places*. New York: Free Press, 1963.

GOULDNER, Alvin. *The coming crisis of Western sociology*. London, Heineman, 1971.

PARSONS, Talcott. *The structure of social action*. New York: Free Press, 1949.

_____ *The social system*. London: Routledge, 1991.

ROCHER, Guy. *Talcott Parsons e a sociologia Americana*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SCHÜTZ, Alfred. *Collected papers I: the problem of social reality*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1967.

_____ *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

VANDENBERGHE, Frédéric. *A philosophical history of German sociology*. London: Routledge, 2009.

_____ “Os pós-bourdieuianos: retratos de uma família disfuncional”. In: VANDENBERGHE, Frédéric; VERAN, Jean-François (orgs). *Além do habitus: Teoria social pós-bourdieuiana*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

WALLACE, Walter L. “Structure and action in the theories of Coleman and Parsons”. In: BLAU, Peter. *Approaches to the study of social structure*. London: Collier-Macmillan, 1975.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 1958.